

# PARA UMA HISTÓRIA DO VIVIDO – AS COMISSÕES DE TRABALHADORES AO(S) OLHO(S) DA INTERSINDICAL

SÍLVIA CORREIA

A nova história do trabalho integrou a história oral, como metodologia e técnica de investigação, estabelecendo uma plataforma de entendimento com as classes trabalhadoras, envolvendo-as na escrita da sua própria história. Uma primeira incursão, por via desta metodologia, na história da Intersindical coloca uma série de questionamentos, procurando demonstrar, mais do que a regulamentação de uma organização, a relevância de uma multiplicidade de variáveis que a definem. A memória oral, apesar de ser marcada por discursos oficiais, revela contradições, sensações e perspectivas individuais sobre uma mesma realidade. Este artigo pretende demonstrar a riqueza que este tipo de análise aporta para a compreensão da história da Intersindical, esmiuçando a multiplicidade de opiniões dos seus dirigentes em relação às comissões de trabalhadores e sua acção no imediato pós-25 de Abril.

## INTRODUÇÃO

A história oral (re)aparece nos anos 50, enquanto disciplina e metodologia de trabalho, desenvolvendo-se de forma mais significativa na Europa Ocidental e nos EUA, onde o crescimento capitalista marginalizava os trabalhadores, objecto privilegiado da história oral. Entre os anos 60 e 70, a nova história do trabalho integrou-a como metodologia e técnica de investigação, estabelecendo uma plataforma de entendimento com as classes trabalhadoras, envolvendo-as na escrita da sua própria história. Esta metodologia permitiu ir além da história institucional dos sindicatos e confederações que, segundo o historiador E.P. Thompson, já não traduzia o verdadeiro movimento dos trabalhadores (Briggs e Saville 1960; Thompson 1966), e descobrir o universo humano negligenciado do mundo laboral não organizado.

Porquê, então, fazer a história da Confederação Geral dos Trabalhadores – Intersindical Nacional (CGTP–IN) num momento em que a história das instituições parece já não constituir uma novidade?

A saída de actividade e o desaparecimento de alguns dos mais importantes dirigentes sindicais exige uma urgente recolha de testemunhos, de forma, por um lado, a colmatar lacunas identificadas no arquivo da CGTP–IN, bem como demais arquivos nacionais e, por outro, a criar um acervo de fontes orais que se constitua como uma importante fonte de informação e memória acessível ao público. Para isso, foram entrevistados mais de três dezenas de dirigentes sindicais, de forma a abranger a maioria dos sectores ligados à CGTP–IN desde a origem da Intersindical (1970) ao Congresso de Todos os Sindicatos (1977). A grelha de entrevista pretende, para além do aprofundamento da história da Intersindical, dar espaço à experiência pessoal, que subjaz à realização do guião e da entrevista, desvendando narrativas construídas pelos trabalhadores. Como afirma Paul Thompson, a «história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela empurra a vida para a própria história e alarga o seu âmbito. Ela permite heróis, não apenas dos líderes, mas da maioria do povo desconhecido[...]. Permite o contacto – e daí a compreensão – entre classes sociais e entre gerações» (Thompson 1998, 28). Compreendendo a existência de uma relação muito estreita com o seu sujeito/objecto, este método possibilita o protagonismo de temas e sujeitos, até há data marginalizados pela historiografia tradicional, bem como verificar se existe um conjunto de representações colectivas e transversais ao objecto na forma como é reinterpretado e representado no presente.

A história oral traz ao de cima a questão, ainda mais polémica, da memória (e da sua relação com a história), constituindo um exercício que não só permite voltar ao passado, mas também chegar à multiplicidade de significados que se dão aos acontecimentos passados, à forma como são chamados ou simplesmente são, voluntária ou involuntariamente, esquecidos (Portelli 1998, 63–74). A memória oral, apesar de ser marcada por discursos públicos e oficiais, revela contradições, sensações e perspectivas individuais sobre um mesmo acontecimento. A história não pode, por isso, olhar com desconfiança sobre a memória, mas aproveitar e tirar uso das suas “fendas”.

A posição da Intersindical em relação às comissões de trabalhadores (CT) corresponde claramente a uma destas “fendas”, na qual jaz um dos

elementos que ressalta como menos consensual no universo das entrevistas realizadas. Não se pretende aprofundar, com isto, o estudo das CT's (Suarez 2008; Santos *et al* 1976–1977), mas a forma como, nos testemunhos dos quadros dirigentes da Intersindical, se identifica uma diversidade de opiniões, não só entre si, como em relação ao senso comum das posições oficiais. Para a compreensão desta *diversidade*, foram tidas em conta, no âmbito do projecto já enunciado, as entrevistas que tratavam mais directamente de questões relativas às CT's, como aquela realizada a Francisco Canais Rocha, Ernesto Cartaxo, Américo Nunes, Carlos Carvalho, Armando Artur Teixeira da Silva, José Luís Judas, Manuel Carvalho da Silva, Vítor Ranita e a Isabel Figueiredo. As Comissões de Trabalhadores ao(s) olho(s) da Intersindical

Já existentes antes do 25 de Abril, as comissões de trabalhadores afirmam-se como a estrutura base da organização dos trabalhadores. Surgidas no calor das lutas de Maio e Junho de 74, em processos assembleários de apresentação de reivindicações, constituem um método, *espontâneo e explosivo*, de superação de uma situação sindical *muito particular* (Suárez 2008, 47–49). Desde finais de Maio que se verifica uma ofensiva política mediática contra o seu recurso à greve, em nome de uma postura de moderação e confiança na nova ordem política. Inevitavelmente, Partido Comunista Português (PCP) e partidos de extrema-esquerda farão das CT's «espaços de disputa entre os projectos políticos» (Suárez 2008, 51): a posição moderada do PCP, hostil em relação às greves e em defesa de uma grande batalha de produção nacional, acusando-as de esconderem interesses reaccionários, contra o paradigma revolucionário partilhado por partidos ML e por outras formações esquerdistas.

Perante as perguntas *Como é que se posicionava a Intersindical em relação às greves “espontâneas” verificadas no imediato pós 25 de Abril?* e *Qual o papel das comissões de trabalhadores no pós-25 de Abril?* é notória a divisão de opiniões, sendo a maioria consonante com a posição do PCP ou do governo, nomeadamente aquando da realização da manifestação “contra as greves” a 1 de Junho de 1974 no Parque Eduardo VII. Decidida numa reunião dos empregados dos escritórios a 28 de Maio, convocada pela União dos Sindicatos do Sul e apoiada pelo PCP, esta pretendia ser uma «grande manifestação pública de apoio às medidas socioeconómicas anunciadas pelo Governo Provisório e contra as greves desordenadas que ameaçam lançar o país no caos económico

e social» (*A capital*, 29 de Maio de 1974). Canais Rocha, na altura coordenador-geral da Intersindical e membro do PCP, afirma:

«quando houve a manifestação [...], que é chamada contra as greves, não foi a Intersindical que [a] convocou, foi o Sindicato dos Escritórios de Lisboa. [...]

Por onde passava havia greves dos transportes e do pão. [...]. Estes sectores eram nevrálgicos e o imperialismo sabia; por isso tentava manobrar, e nós fizemos esforços para resolver essas situações. Perante este quadro, o Sindicato dos Escritórios, nesse plenário, decide convocar uma greve de apoio à Intersindical, e a Inter não podia ir contra essa manifestação e participou nela. Ainda hoje está escrito em todos os lados que a Inter fez uma manifestação contra as greves.» (Rocha, 2010: 18)

Ernesto Cartaxo, da Comissão de Trabalhadores da Mec e membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, sobre o assunto, defende o *irrealismo e aventureirismo* de tal estratégia:

«Persistiram algumas reivindicações que, naquele contexto, já eram irrealistas e punham em causa os avanços que se tinham verificado. Não é por acaso que as forças de direita e o patronato reaccionário animavam essas reivindicações. Também algumas forças políticas da extrema-esquerda faziam o jogo da direita, alimentando conflitos em algumas empresas, como no caso dos CTT, da TAP, da Carris, da Messa e em mais umas quantas empresas.

A posição da Intersindical, tal como a posição dos quadros sindicais mais responsáveis no interior das empresas, era a de que se estava a viver um momento crucial na vida dos trabalhadores e do Movimento Operário e que não se devia embarcar em aventuras sob pena de se pôr em causa o processo revolucionário. Daí que ambos tivessem feito contra-vapor a esse aventureirismo. É com esse sentido que, no dia 1 de Junho, a Intersindical promove uma manifestação do Parque Eduardo VII até à Praça de Londres, contra as manobras das forças reaccionárias.» (Cartaxo, 2010: 18–19)

Já Américo Nunes, ligado ao sector da Hotelaria, recusou participar na manifestação “contra as greves”. Salvaguarda, no entanto, a sua posição, afirmando que a postura de então se deveu, no essencial, a não se encontrar

ainda inteiramente integrado na organização. No fundo, uma questão de consciência (ou de falsa consciência):

«É verdade, eu digo francamente, na altura não era tão politizado como quem estava na direcção da Intersindical, porque eu fui dos que não foram à manifestação contra as greves, mas hoje compreendo e estou extremamente solidário. Se tivesse a mesma formação do que aqueles que dirigiam a Intersindical na altura, apoiava de certeza essa posição. Houve greves, a que nós chamávamos de greves justas, que tinham mais do que razão de ser pelas reivindicações que colocavam, quer nos aspectos salariais, quer nos aspectos que se queriam resolver dentro das empresas e naquele contexto. Mas havia greves que destabilizavam a situação política e militar. [...]

As questões e os problemas nem sequer eram só dos trabalhadores e de quem levantava aquelas greves. Nem sempre era a reacção a comandar as greves – “isto é a reacção que está por trás!” –, em alguns casos era mesmo, mas noutros não, era uma grande dose de espontaneidade, de esquerdismo, de voluntarismo, não era só uma questão de salário ou de horário, era uma espécie de libertação.

As pessoas queriam afirmar a sua liberdade, queriam ir para a rua, e às vezes era greve, porque sim, com alguma irresponsabilidade do ponto de vista institucional. Mas era perfeitamente razoável, pessoas não organizadas politicamente passaram a agir assim, e agiram muitas assim, e, de facto, houve contenção de algumas dessas greves. Houve mesmo uma convocatória de uma manifestação [...] contra as greves selvagens e anárquicas. Foi no Parque Eduardo VII.» (Nunes, 2010: 9–10)

Enfim, esta foi «uma das atitudes mais dramáticas e contestadas deste género, e a mais usada quando alguém quer pôr em causa o papel da Inter, no plano sindical» (Nunes 2011, 204). Porém, o conflito entre a Intersindical, legalizada após o 25 de Abril, e as CT's não reflecte apenas uma oposição em relação às fórmulas reivindicativas. De acordo com Carlos Carvalho, membro do secretariado da Intersindical desde o 25 de Abril:

«As relações, teoricamente, seriam de complementaridade. No entanto, as Comissões de Trabalhadores também sentiam, porque também vinha de trás, que a questão das negociações colectivas fazia

parte das suas funções, o que não era verdade. Havia cadernos reivindicativos que, às vezes, pareciam autênticos contratos colectivos. [...] A Constituição da República Portuguesa não atribui às Comissões de Trabalhadores a negociação colectiva, isso é exclusivo dos sindicatos. Aliás, é universal.» (Carvalho, 2010: 18-19)

Existem, porém, militantes nos antípodas desta posição, ressaltando, criticamente, a importância das CT's. Segundo Armando Artur Teixeira da Silva, estas cumpriam um papel histórico, pois

«existiam nalgumas empresas, já antes do 25 de Abril, e [...] já tinham desenvolvido grandes lutas na defesa dos interesses dos trabalhadores, porque antes do 25 de Abril, como as direcções dos sindicatos, a maior parte, não defendiam os interesses dos trabalhadores na empresa. Começaram-se a criar as Comissões de Trabalhadores que, no local de trabalho, defendiam os interesses dos trabalhadores, já que o sindicato não defendia, defendiam elas. Seria um contra-senso, quando foi o 25 de Abril, acabar com as Comissões de Trabalhadores, tal como alguns chegaram a defender, como estava a dizer.

Nunca houve um litígio entre Comissões Sindicais e Comissões de Trabalhadores, houve algumas pessoas que, não apreciando correctamente a situação, achavam que “já que temos as Comissões Sindicais na empresa e as Comissões Intersindicais, para que são precisas as Comissões de Trabalhadores?”» (Silva, 2010: 10-11)

Chega mesmo a afirmar que,

«as Comissões de Trabalhadores tiveram uma intervenção um pouco mais politizada, mas acho que isso fazia todo o sentido, porque as Comissões de Trabalhadores, que existiam antes do 25 de Abril, chegaram a promover algumas greves nas empresas.» (Silva, 2010: 11)

Semelhante ideia sobre a eventual politização das CT's é defendida por José Luís Judas. Na sua visão, a Intersindical

«nessa altura, não teve uma abertura muito grande, criou ali um impacto e uma disputa que mais tarde se verificou que não era nada produtiva. Foi mais orientada por processos de suspeição sobre a ideia de que o PS estava a aproveitar as Comissões de Trabalhadores para criar divisão na empresa.» (Judas, 2010: s/p)

Um dos pontos que resvala desta polémica é a relação directa entre posição e região. Atendemos às palavras de Manuel Carvalho da Silva:

«na União dos Sindicatos do Porto, no debate que fazíamos, também na região Norte, nas posições sobre as comissões de trabalhadores, havia menos radicalização, ou melhor, não havia tanto uma cultura e um campo de posicionamentos que levassem a uma separação tão profunda entre os sindicatos e as comissões de trabalhadores. Isso era mais sentido no Sul. [...] Julgo que, como a situação política era muito mais marcada por uma posição mais forte da direita, isso também levava a uma percepção maior da necessidade de unidade e, portanto, obrigava a um trabalho mais profundo sobre alguns dos factores que podiam provocar radicalizações insanáveis». (Carvalho da Silva, 2010: 18-19)

Vítor Ranita acrescenta que no trabalho feito:

«Houve algumas dificuldades, mas realmente havia uma dinâmica própria. Foi constituída uma Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Norte, com sede nas instalações da USP, apoiada na sua própria estrutura, para dinamizar sobretudo a criação de mais Comissões de Trabalhadores e dar-lhes apoio no âmbito da constituição, dos estatutos e o apoio técnico». (Ranita, 2010: 12)

A situação da relação entre a Intersindical e as CT's ameniza-se a par das mudanças políticas que o país testemunha. Assim, se durante o período de Maio a Junho de 1974, o movimento reivindicativo era dinamizado pelas CT's, eleitas para o efeito, que se vão institucionalizar, entre Janeiro e Março de 1975, o movimento é «'conduzido' e 'enquadrado' por determinadas estruturas sindicais, com articulações mais ou menos directas a certos aparelhos partidários» (Santos *et al.* 1976-1977, 58).

## **OS CTT - REGRA OU EXCEÇÃO?**

Um dos casos que menos consenso despertou entre os membros da Intersindical foi o dos CTT. Face aos insucessos das negociações do caderno reivindicativo (CR) entre a comissão pró-sindicato (CPS) e o conselho de gerência da empresa, passa-se à greve geral, cujo início estava marcado para 17 de Junho. Esta greve tornou ainda mais evidente o contra-senso em torno das greves deste período. Trata-se de um dos primeiros processos reivindicativos que se irá deparar com a oposição do governo; do PCP; e da Intersindical (Suarez 2008, 103) .

Isabel Figueiredo, membro da CPS dos CTT e, mais tarde, parte da CGTP-IN, salienta a má relação da CPS com a Intersindical, dado o seu apoio daquela à criação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações (SINTEL). Ainda, sobre a posição da Intersindical face à greve de 17 de Junho, diz:

«Não há nenhuma posição formal. Há uma reunião com a Intersindical a dizer que era perigoso prolongar uma greve, porque começou a haver ajuntamentos de população junto dos locais de trabalho. Alguns eram ajuntamentos de povo, outros não era povo. [...] em Lisboa, no meu local de trabalho eu conhecia aquele “povo” todo. [...] No Porto, as coisas são sempre mais azedas do que em Lisboa. Houve pancadaria, cercaram a Batalha, que é a central de telecomunicações. Houve um conflito grande.

Houve tentativas de dizer que eles estavam a ser radicais e que a proposta era despropositada, mas a argumentação foi ao ponto de dizer que ‘os senhores que estão a propor isto, ganham...’ e puseram os ordenados deles todos. [...] Os comunicados que existem são textos do Eugénio Rosa [...]. Mesmo que não soubesse, eles tratavam de explicar quem era o Eugénio Rosa. Portanto, a oposição existe desde esse momento.» (Figueiredo, 2010: 15)

De facto, ao longo das entrevistas, tornou-se evidente a recorrência do caso CTT sempre que questionados sobre a posição da Intersindical em relação à vaga de greves do pós 25 de Abril. Cito:

«Claramente, os Correios não tinham sindicato, mas começaram a criar uma comissão pró-sindicato e a Intersindical opôs-se frontalmente às reivindicações (agora não me lembro das reivindicações todas, mas aquilo dava para acabar com a empresa CTT).» (Carvalho, 2010:15)

Ao dito por Carlos Carvalho, parece associar-se Canais Rocha, salientando que, mesmo dentro da Intersindical, existiam divergências:

«A Intersindical teve vários problemas com alguns sindicatos, por exemplo, o sindicato dos correios, não havia sindicato, porque era um sector estatal e não estava organizado. Formou-se uma comissão pró-sindicato, cuja ‘cabeça líder’ era um tipo altamente suspeito, que tinha sido da Legião Portuguesa, e essa comissão promove uma greve dos CTT que levantou uma grande celeuma na sociedade portuguesa.



O MFA chegou a formar um pelotão para intervir contra os grevistas, em várias localidades do país as populações viraram-se contra os grevistas, atacando os correios e insultando os trabalhadores que estavam em greve e tentaram meter a Intersindical ao barulho.

A Intersindical disse que não ia contra os trabalhadores, mesmo discordando. Convocou a comissão pró-sindicato e o tal líder para uma reunião na Intersindical, dissemos: ‘nós propomos apresentar em plenário a vossa admissão como membros da Intersindical, como observadores, porque ainda não há sindicato, mas vamos trabalhar todos em conjunto’. E acabou a greve! Nunca mais houve problemas. O que é que nós defendíamos? Todos cá dentro, mesmo divergindo, e havia divergências profundas em alguns casos, mesmo cá dentro.» (Rocha, 2010: 18)

## CONCLUSÃO

Importa referir, em tom conclusivo, a maior conformidade de posições, sobre as CT's e a sua acção, entre aqueles que integravam, à altura, o secretariado da Intersindical, como Carlos Carvalho ou Canais Rocha. Porém, mesmo estes, salvaguardam a falta de consenso, não revelada pelos documentos oficiais produzidos e divulgados pela instituição.

Esta metodologia de recolha de informação é uma forma privilegiada de aceder à compreensão dos tortuosos meandros dos processos decisórios, garantindo o levantamento e preservação das memórias (individuais) que, não estando documentadas, pelas condições de forte instabilidade do contexto político vivido ou pelas regras institucionais, contribuirão para perceber aquilo que compõe a memória do movimento sindical e da sua luta pela organização e consolidação. Uma memória que, tornada pública, se vê incapacitada de reduzir a história do movimento das comissões dos trabalhadores, dos sindicatos e do próprio PREC a um processo absolutamente linear e líquido. Permite apenas ao historiador, mediante o contacto com as múltiplas experiências da classe trabalhadora, uma história *do vivido*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ENTREVISTAS

- » Américo Nunes (Depoimento: Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 30 p. [dat.].
- » Armando Artur Teixeira da Silva (Depoimento: Lisboa, 7 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 29 p. [dat.].
- » Carlos António de Carvalho (Depoimento: Lisboa, 21 de Maio de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 28 p. [dat.].
- » Francisco Canais Rocha (Depoimento: Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 29 p. [dat.].
- » Isabel Figueiredo (Depoimento: Lisboa, 29 de Junho de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 24 p. [dat.].
- » José Ernesto Ribeiro Cartaxo (Depoimento: Lisboa, 5 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 30 p. [dat.].
- » José Luís Judas (Depoimento: Lisboa, 15 de Abril de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, [s/p.] [dat.].
- » Manuel Carvalho da Silva (Depoimento: Lisboa, 2 de Dezembro de 2010). Lisboa: CGTP-IN – CAD, 2010, 27 p. [dat.].
- » Vitor Manuel Rodrigues Ranita (Depoimento: Torres Novas, 10 de Maio de 2010). Lisboa: GCTP-IN – CAD, 2010, 20 p. [dat.].

### BIBLIOGRAFIA

- » Briggs, Asa e John Saville, ed.. 1960. *Essays in Labour History: in Memory of G. D. H. Cole, 25 September 1889–14 January 1959*. London [s./ed.].
- » Ferreira, Marieta de Moraes. 1998. «Desafios e Dilemas da História Oral nos Anos 90: O Caso do Brasil». *História Oral*, n. º 1 (1998): 19–30.
- » Nunes, Américo. 2011. «A Intersindical na Revolução de Abril». In *Contributos para a história do movimento operário e sindical – Das raízes a 1977*, coord. Manuel Carvalho da Silva. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres, 185–265.
- » Paul, Thompson, 1998. «The voice of the Past». In *The oral history reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson. London: Routledge, 21–28.
- » Portelli, Alessandro, «What makes oral history different» In *The oral history reader*, ed. Robert Perks e Alistair Thomson. London: Routledge, 63–74.

- » Santos, Maria de Lurdes Lima dos, Marínus Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira. 1976–1977. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- » Scott, James C., 1990. *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- » Suárez, Miguel Ángel Pérez. 2008. *Contra a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974–1975)*. Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- » Thompson, E.P.. 1966. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books.

Veja-se o projecto *Testemunhos Oraís: A Intersindical das origens aos Congresso de Todos os Sindicatos (1970–1977)*, vertente do *Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental* (Arquivo de História Oral e Memória) da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (financiado pelo Programa POPH). Com antecedentes nas comissões de unidade e nas comissões internas. Perante a questão sobre a *instrumentalização político-partidária da Intersindical*, Canais Rocha recorre ao caso dos CTT, “o Álvaro Cunhal, que era ministro sem pasta, chamou os militantes comunistas da Inter à Assembleia da República e perguntou: “você estão a ver o que se está a passar na greve dos correios? O que é que a Inter pensa fazer?” Eu disse: “olha lá camarada, foi para isso que nos chamaste cá? O que nós pensamos fazer, fazemos lá! Estamos a acompanhar e vamos acompanhando.” [...] quem dirigia éramos nós e não o Partido Comunista e, portanto, nós entendíamos que não íamos contra os trabalhadores [...]. Enquanto houve força para impor esta distância, a Inter manteve uma grande independência [...]. Se não tiver autonomia, é evidente que é uma correia de transmissão, seja do Partido Comunista, seja do Partido Socialista.” (Rocha, 2010: 29).

